

# ÉTICA NAS ATIVIDADES INFORMATIVAS: ASPECTOS TEÓRICOS. <sup>1</sup>

José Augusto Chaves Guimarães<sup>2</sup>

Fabio Assis Pinho<sup>3</sup>

Suellen Oliveira Milani<sup>4</sup>

Juan Carlos Fernández-Molina<sup>5</sup>

## RESUMO

Considerando as preocupações relativamente aos aspectos éticos nos distintos exercícios profissionais, observa-se que, na Ciência da Informação, essa questão sofreu significativo crescimento a partir do desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação. Desse modo, parte-se das relações entre ética e moral, evolução histórica e aplicação profissional para se chegar à abordagem teórica relativa à ética nas atividades informativas, como subsídio ao delineamento de compromissos éticos dos profissionais da informação e à discussão dos eventuais danos que atingem tal contexto.

**Palavras-chave:** Ética; Valor; Ética informacional; Profissional da informação.

## *ETHICS IN INFORMATION ACTIVITIES: SOME THEORETICAL ASPECTS.*

## ABSTRACT

Considering the ethical concerns in different professional actions, it observes that such questions bears meaningful growing in Information Science, specially due to the advances of information and communication technologies. In such a way, it approaches the ethical and moral relations to reach the ethical question in the information environment as a background to draw up a set of ethical commitment for information professionals nowadays.

**Key words:** Ethics; Values; Information ethics; Information professional.

---

<sup>1</sup> O presente artigo decorre do desenvolvimento do projeto de Produtividade em Pesquisa *Aspectos éticos em tratamento temático da informação*, coordenado por José Augusto Chaves Guimarães, e resgata, sistematiza e atualiza aspectos investigativos abordados por Guimarães (2006, 2007), Pinho (2006), Milani (2007), Fernández-Molina e Guimarães (2002), Guimarães e Fernández-Molina (2003) e Guimarães et al. (2005, 2007).

<sup>2</sup> Bacharel em Biblioteconomia pela Unesp, Mestre e Doutor em Ciência da Informação pela USP e livre-docente em Análise documental pela Unesp. Docente do Departamento de Ciência da Informação da Unesp, atuando nos cursos de graduação em Arquivologia e em Biblioteconomia e no mestrado e no doutorado em Ciência da Informação. Pesquisador do CNPq. [guima@marilia.unesp.br](mailto:guima@marilia.unesp.br); [guima@pesquisador.cnpq.br](mailto:guima@pesquisador.cnpq.br).

<sup>3</sup> Bacharel em Biblioteconomia pela UFScar, Mestre em Ciência da Informação pela Unesp e Doutorando em Ciência da Informação na Unesp. Chefe da Seção de Referência da Biblioteca da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Unesp – campus de Jaboticabal. [fabio@fcav.unesp.br](mailto:fabio@fcav.unesp.br)

<sup>4</sup> Bacharel em Biblioteconomia pela Unesp. Mestranda em Ciência da Informação na Unesp – Marília. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. [suellenmilani@hotmail.com](mailto:suellenmilani@hotmail.com)

<sup>5</sup> Licenciado em Biblioteconomia e Doutor em Documentação pela Universidade de Granada. Docente do Departamento de Biblioteconomia y Documentación da Universidade de Granada (Espanha). [jcfernan@ugr.es](mailto:jcfernan@ugr.es)

## INTRODUÇÃO

As significativas mudanças sociais, mais especificamente da vertente informacional (globalização, novas tecnologias, clientes mais exigentes etc.) têm levado a um repensar das questões éticas na atuação do profissional da informação. No entanto, tais reflexões têm se centrado em aspectos de acesso e disseminação da informação, sendo que praticamente inexistente literatura acerca dos aspectos éticos da área.

O que se observa, nesse cenário, é que o conceito de competência profissional na área de informação, até então entendido como domínio de conteúdos específicos, alargou-se para abranger também a maneira pela qual esses conhecimentos são materializados na prática profissional, o que trouxe para discussão o componente ético presente em atividades informativas, notadamente a partir dos danos sofridos pelo usuário. Dessa maneira, parte-se das relações existentes entre ética e moral, sob os aspectos conceitual e histórico, para chegar à aplicação do tema ao desempenho profissional, notadamente às atividades informativas.

A vista disso, o presente artigo, de caráter exploratório, tem como objetivo apresentar os pontos fundamentais da ética, buscando relacioná-los especificamente com os aspectos relativos às atividades informativas. Dessa forma, procura-se desvencilhar de uma dimensão eminentemente deontológica tal como a ética é tradicionalmente abordada na área, para, sob outro prisma, aproximar-se de uma reflexão axiológica, a partir de um resgate de compromissos éticos.

## ÉTICA E MORAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

Partindo-se da concepção filosófica de ética enquanto área de estudo que trata dos valores e da conduta do homem na sociedade, notadamente no que tange às regras de conduta que preconizarão os direitos e deveres no contexto social, chega-se aos conceitos de bem, ação correta, dever, obrigação, virtude, liberdade, racionalidade e escolha e das características subjetivas neles envolvidas, tal como preconizado por Blackburn (1997).

Como ressalta Mora (2001, p. 931), a ética teve acepção original como doutrina dos costumes (na derivação de *ethos*) para, em sua evolução, acercar-se da dimensão moral de modo a constituir-se, para o referido autor, “em ciência que se ocupa dos objetos morais em todas as suas formas evoluir”.

Essa dimensão moral reitera-se, dentre outras, nas concepções de Sánchez Vázquez (1975), Severino (1994) e Srouf (1998), ao referirem-se, respectivamente, a *comportamento moral*, *valores morais* e *morais e moralidades*, enquanto objetos de estudo da ética. Nesse sentido, Severino (1994, p. 196) pontua que a filosofia investiga os problemas a partir do agir humano e os relaciona com os valores; e Sánchez Vázquez (1975, p. 12) esclarece que se trata de uma ciência do comportamento moral e, portanto, estuda uma forma específica do comportamento humano. Srouf (1998, p. 270-271), por sua vez, relata que a ética estuda as morais e as moralidades e, por analisar as escolhas que os agentes fazem em determinadas situações, é verificado se aquelas estão em conformidade com os padrões sociais, resultando em uma melhor forma de agir coletivamente.

Cortina e Martínez (2005) ao se referirem à ética (ou Filosofia Moral) enquanto reflexão sobre as questões morais, atribui-lhe a função de explicar o fenômeno moral, dando conta racionalmente, da dimensão moral do homem. Observa-se, desse modo, que a ética tem por objeto tanto a conduta humana (seus juízos de apreciação, normas/princípios e problemas) quanto a moral propriamente dita (seus valores, comportamentos e objetos).

Em que pesem tais aspectos, ressalta Valentim (2004) que ética e moral possuem dimensões distintas, ainda que complementares, pois, se por um lado, apresentam convergência no que tange à busca pela definição de valores, à busca pelo bem-estar, à necessidade de serem aceitas e praticadas, e à influência no contexto social, apresentam nítida distinção quanto ao pressuposto (a moral parte da realidade dos costumes enquanto a ética reflete sobre os mesmos), à abrangência (um determinado grupo, no caso da moral, contrapondo-se a uma visão mais universalizante, no caso da ética) e ao modo de ação, fruto de um tipo de *coerção social*, no caso da moral, e de uma reflexão pautada na liberdade de escolha, no caso da ética, pois, para Martins (1994), a liberdade de escolha é um dos pressupostos fundamentais da ação ética.

Desse modo, e embora a questão moral integre o universo da ética, pode-se dizer que, enquanto a moral se atém ao estudo das regras de conduta propriamente ditas em um dado segmento social no espaço e no tempo, a ética se preocupa com a reflexão sobre os valores morais, não ditando nem estabelecendo regras e normas de conduta a serem seguidas, mas, na concepção da ética racional, decorrente das idéias de Kant, “parte da existência de uma consciência moral para estabelecer seus princípios”

(MARCONDES, 2001), ou seja, o homem deve ter a consciência do *bem agir* e do *bem fazer*, sem ser constrangido a tal: deve sê-lo espontaneamente.

## ASPECTOS HISTÓRICOS

Sob o ponto de vista histórico, o estudo da ética remonta à Antiguidade Clássica quando, na Grécia, Aristóteles<sup>6</sup>, postulava a ética como disciplina filosófica cujas reflexões de ordem social foram, posteriormente, incorporadas à ética cristã<sup>7</sup>, que, ao considerar o homem um ser peregrino, que está na terra com o fim de preparar-se para uma vida futura ultraterrena, aproxima a noção de felicidade, tão importante em muitos éticos gregos, à de vida eterna, mais adequada à vida cristã (MORA, 2001, p. 932).

Essa forte preponderância da ética cristã se verifica no decorrer da Idade Média e é apenas com o Iluminismo que, como ressalta Martins (1994, p. 3), “se desvincula o homem da tutela divina, exaltando o poder da razão, única capaz de conhecer e guiar o agir humano”, de modo a que, como destaca a autora, se chegasse ao século XX a uma ética pautada predominantemente no livre-arbítrio, muitas vezes com valores determinados de acordo com as conveniências do momento (MARTINS, 1994, p. 3).

Nessa trajetória, merecem especial menção os estudos de Kant, no século XVIII, principalmente ao construir o conceito de *imperativo categórico* como norteador das ações éticas<sup>8</sup>, pois parte da noção do bem (a ação boa) em si mesmo e não como meio para se alcançar alguma outra coisa (o que, na visão de Kant, consistiria no imperativo hipotético). O imperativo categórico pode ser considerado a essência da

---

<sup>6</sup> Igualmente em Sócrates (com a busca pela distinção entre as virtudes e as aparências de virtude) e Platão (com a idéia de Bem absoluto e objetivo) observam-se reflexões sobre o comportamento humano e discussões sobre o seu conceito dentro do ambiente em que viviam. Especificamente em Aristóteles, em sua tripartição dos saberes em teóricos, poéticos e práticos, tem-se a ética como um saber prático, de natureza normativa, destinado a *orientar a tomada de decisões prudentes que nos levam a conseguir uma vida boa* (CORTINA; MARTINEZ, 2005, p. 11).

<sup>7</sup> Nesse contexto, destacam-se, especialmente, os estudos de Santo Agostinho (ao referir-se à liberdade do homem para buscar a felicidade por meio de seu encontro com Deus) e de Santo Tomás de Aquino, para *quem nada pode aquietar a vontade do homem senão o bem universal, que não se encontra em nenhum bem criado, mas apenas em Deus* (CORTINA; MARTINEZ, 2005, p. 65).

<sup>8</sup> Para o referido filósofo, o imperativo categórico consistia “aquele [imperativo] que nos representasse uma ação como objetivamente necessária por si mesma, sem relação com qualquer outra finalidade” (KANT, 1984, p. 124-125).

norma moral<sup>9</sup> (ANDRADE, 1993, p. 52), e parte da idéia da boa vontade como um bem supremo, que se pauta pela liberdade, razão pela qual a vontade é autônoma<sup>10</sup>.

Segundo Sánchez Vázquez (1975), o estudo da ética pode ser dividido, ao longo da história, em quatro doutrinas: Ética grega (sofistas, Sócrates, Platão, Aristóteles, estóicos e epicuristas); Ética Cristã Medieval (Ética Religiosa, Ética Cristã Filosófica); Ética Moderna (Ética Antropocêntrica no Mundo Moderno, Ética de Kant); e Ética Contemporânea (de Kierkegaard ao Existencialismo, Pragmatismo, Psicanálise e Ética, Marxismo, Neopositivismo e Filosofia Analítica).

Pode-se, ainda, dividir o estudo da ética a partir da forma como os valores são encarados. Desse modo, enquanto a teoria objetivista pauta-se em verdades morais que não podem ser mudadas, a teoria relativista, de natureza mais flexível, defende ações éticas relacionadas a circunstâncias existentes em um determinado contexto (WECKERT; ADENEY, 2000, p. 26).

Assim, Guimarães (2006, p. 242) destaca que o Objetivismo pode ser dividido em quatro versões: naturalismo (determinada ação promove algum fim que pode ser a harmonia, a felicidade etc); intuicionismo (pela intuição podemos concluir se uma ação é válida ou não); teoria divina imposta (uma ação é aprovada por Deus e, por isso, é considerada correta) e racionalismo (aplicação do senso da razão nas situações que aparecem).

O Relativismo, por sua vez, pode ser subdividido em subjetivismo, voltado para a posição que um dado valor ocupa em uma determinada sociedade e cultura, não havendo superioridade ou inferioridade entre as culturas e sociedades, e relativismo cultural, com base na preponderância dos juízos morais de cada indivíduo (WECKERT; ADENEY, 2000, p. 30).

Os propulsores dos estudos sobre o valor, na ética, foram os filósofos alemães Max Scheler e Edward Von Hartmann, que desenvolveram pesquisas sobre a substituição da noção de bem que predominava na área, pela noção de valor, onde dissertavam didaticamente sobre os valores éticos. A noção de valor se distingue em dois aspectos relativos à existência das coisas: a concepção da existência natural do objeto com características que independem do ser humano; e a concepção de objetos

---

<sup>9</sup> Algumas normas morais de determinadas organizações internacionais, tal como a denominada Prova Quádrupla de Rotary Internacional (verdade, justiça, boa vontade e benefício mútuo) baseiam-se na concepção kantiana de imperativo categórico.

<sup>10</sup> O conceito de imperativo categórico de Kant foi objeto de críticas por parte de Schopenhauer (1995) que ressaltou a artificialidade de um princípio moral puro *a priori*, sem um lastro empírico.

que passam a existir para o ser humano, adquirindo características que só existem em relação a ele. Por isso, a definição de valor traz consigo quatro aspectos essenciais: *primeiro*, é a não existência do valor em si, mas de objetos que possuem valor; *segundo*, os valores somente existem na realidade natural e humana como propriedades valiosas dos objetos; *terceiro*, os valores exigem a existência de certas propriedades naturais e físicas; e *quarto*, as propriedades que sustentam o valor são valiosas somente em potência, ou seja, em relação ao ser humano (BRONDANI, 2000).

Entretanto, Cortina e Martínez (2005, p. 73) explicam que,

não parece muito adequado à natureza dos valores perguntar o que são, pois os valores não são, mas valem ou pretendem valer. Ao afirmar que não são, não se deseja dizer que são ficções inventadas pelos seres humanos, mas que não podem ser entendidos como coisas ou maneiras de ser das coisas.

Portanto, os valores são qualidades dotadas de conteúdo, independente do estado de espírito subjetivo de um indivíduo como das coisas (CORTINA; MARTÍNEZ, 2005, p.74).

Enquanto uma aceção moral que proporciona normas à conduta, têm-se os valores morais, que existem unicamente em atos humanos, como por exemplo, o comportamento de indivíduos e grupos sociais, realizados de forma livre, ou seja, de um modo consciente e voluntário (BRONDANI, 2000).

Com a Ética, reflexão sobre a moral, os valores adquiriram a condição de normas, princípios ou padrões eleitos por uma sociedade (só os atos humanos conscientes e voluntários possuem valores), que não funcionam como universais (mas alguns possuem extensão global) e partem das raízes culturais de cada sociedade, que os julgam moralmente (reflexão ética) e então são admitidos e respeitados por estes cidadãos. Os valores são construídos ao longo da história de cada indivíduo, em suas diferentes etapas de desenvolvimento.

Sob o ponto de vista de seu objeto, o estudo da ética pode ainda ser dividido em Ética Descritiva (relativamente aos fenômenos morais); Ética Normativa (elemento de justificação racional da moral) e Metaética (estudos da linguagem e dos métodos pautam os estudos éticos).

Nesse contexto, a *ética* assume um papel preponderante, principalmente no que se refere a sua dimensão profissional, enquanto “conjunto de valores que um dado segmento social, caracterizado pela especificidade de um saber e de um fazer,

estabelece como necessários e fundamentais ao exercício dessa profissão” (GUIMARÃES, 2006, p. 237), levando à discussão da responsabilidade profissional.

## **A ÉTICA PROFISSIONAL**

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, a questão da produção passa pela vertente dos segmentos profissionais (em muitos casos, herdando elementos das corporações de ofício medievais), o que leva à necessidade de se averiguar não apenas as questões técnicas e operacionais relativas às profissões (como fazer), mas também os objetivos e a inserção social dessas profissões (por quê e para que fazer), dando lugar à denominada ética profissional que, em última análise, reflete uma dimensão cotidiana da ética, no ambiente do desenvolvimento das relações de trabalho. Dessa maneira, a ética profissional tem por objeto o conjunto de valores morais que uma determinada classe profissional deve se orientar e seguir para alcançar um agir profissional correto e adequado para com a sociedade em que se insere e, no mais das vezes, materializa-se por meio de regras, expressas em códigos de ética, orientadores da conduta profissional de um dado segmento.

Considerando que uma profissão se desenvolve a partir da atuação de pessoas (profissionais) em uma sociedade, por meio da prestação dos serviços a ela inerentes, observa-se que o fazer profissional pauta-se pela conjunção da dimensão normativa da ética daquela profissão com a ética do próprio indivíduo que a exerce, aspectos que, não raras vezes, podem entrar em conflito, como seria, por exemplo, o dever ético do sacerdote quanto ao segredo de confissão quando a confissão referir-se a um homicídio. Observa-se, destarte, que aspectos de extrema importância para o interesse público podem, ao mesmo tempo, parecer imorais para o profissional ou para sua profissão. Nesse sentido, a realidade tem revelado que quanto maior a visibilidade de um dado segmento profissional, maior a pressão ética que sofre e, como consequência, maior o rigor preconizado em seus códigos de ética profissional.

Apesar de o termo *ética* ser amplamente utilizado no âmbito das profissões, há certa discordância entre alguns autores quanto ao seu emprego relacionado às práticas profissionais. Nesse contexto, Souza (2000) defende o posicionamento de que a expressão ética profissional é equivocada, pois traz consigo o pressuposto da igualdade

de todos perante todos. Dessa maneira, ressalta a existência de uma deontologia<sup>11</sup>, enquanto orientação com objetivo de guiar (bem) a conduta profissional (princípio ético aplicado à conduta profissional), já que cada categoria profissional é responsável pela elaboração e estabelecimento de suas normas de conduta.

## **A ÉTICA NAS ATIVIDADES INFORMATIVAS**

A sociedade da informação<sup>12</sup> como um todo e, no âmbito acadêmico, a Ciência da Informação, têm sofrido significativos impactos na atualidade, tais como a globalização (propiciando a ruptura das barreiras territoriais e culturais), a inserção e crescimento de novas tecnologias, o aumento em progressão geométrica do volume, da especificidade e do fluxo da informação e a presença de usuários cada vez mais exigentes, o que tem levado à necessidade de estudos sobre o perfil do profissional da informação, principalmente no que se refere às posturas necessárias a sua atuação profissional.

Em áreas profissionais como as da Arquivologia e da Biblioteconomia, por exemplo, observa-se que a literatura a respeito vem sofrendo considerável crescimento, notadamente a partir dos anos 90, em grande parte impulsionada pelos impactos causados pelas tecnologias da informação e da comunicação. Isso gerou, entre os bibliotecários, preocupações como as relativas a restrições para o acesso às informações armazenadas em bases de dados automatizadas, bem como à privacidade dos registros de utilização dessas informações (MARTINS, 1994).

No tocante à literatura brasileira, a pesquisa de Meschini (2004), relativa aos estudos sobre ética em revistas nacionais de Ciência da Informação, no período de 1994 a 2003, identificou uma forte predominância dos aspectos éticos do exercício profissional bibliotecário (SMIT, 1994; GUIMARÃES, 1994; SANTOS, 1996; CÔRTE, 1994; FARIA, 1994; TARGINO, 1996; VERGUEIRO, 1994), e de aspectos de ética informacional face às novas tecnologias (ROVER, 2000; CAPURRO, 2002; STALLMAN, 2000; LEVACOV, 1997; MICHEL, 1997), assim como questões de ética

---

<sup>11</sup> A deontologia representa um conjunto de preceitos, de idéias, um elenco de determinações objetivas, instruções operacionais a serem seguidos pelos membros de uma categoria profissional visando garantir a uniformidade na realização de um trabalho e ação do grupo (RASCHE, 2005, p. 24).

<sup>12</sup> “A sociedade da informação é considerada um fenômeno, com benefício e detrimientos do mundo como um todo” (BUCHANAN, 1999, p. 194).

na produção científica (PRADO, 1996; PESSANHA, 1998), aspectos histórico-conceituais de ética (MEDEIROS, 1994; MARTINS, 1994; SOUZA, 2002) e relações da ética informacional com a responsabilidade social (FREIRE, 2003; COSTA, 1999).

No âmbito internacional, as questões de ética nas atividades informativas vêm sendo discutidas, dentre outros, notadamente a partir dos anos 90, por Froehlich (1994), Rubin e Froehlich (1996), Fernández-Molina (2000), Koehler e Pemberton (2000) e, continuam também ao longo dessa década, em particular, centrados na conexão com as tecnologias da informação e da comunicação por Spinello (2003) e Tavani (2007), ainda que sem esquecer dos aspectos teóricos e conceituais estudados por Himma (2007).

Rubin (1991) estabeleceu quatro fatores que afetam as decisões éticas (utilidade social, responsabilidade social, sobrevivência e respeito pelo indivíduo). Assim, sob tais pilares, Froehlich (1994) aperfeiçoou esse conjunto de fatores intervenientes nas decisões éticas do profissional da informação, sistematizando-os como segue: utilidade social; responsabilidade social; sobrevivência organizacional; sobrevivência profissional; respeito por si mesmo; respeito pelos demais indivíduos e instituições; padrões coletivo-culturais; e padrões legais.

A utilidade social refere-se ao compromisso com a comunidade usuária de modo a tornar-lhe disponível informação passível de ser utilizada da melhor maneira possível em seu dia-a-dia, ao passo que a responsabilidade social refere-se, por exemplo, ao compromisso com a disponibilização, aos usuários, de uma coleção o mais completa e equilibrada possível, distanciando-se de aspectos relativos à censura ou discriminação, por vezes determinados pelo ambiente externo.

A sobrevivência organizacional guarda estreita relação com as políticas da própria instituição e, por vezes, colide com a utilidade social, enquanto a sobrevivência profissional trata das questões da própria profissão como salários e o próprio código de ética profissional. Muitas vezes, a sobrevivência profissional acaba por entrar em conflito entre os valores pessoais e o da instituição, pois um conselho de profissionais pode estipular um salário base para a área e isso pode ocasionar um conflito com a política salarial de uma determinada instituição.

Outros fatores que influenciam as decisões éticas são: o respeito por si e o respeito por outros indivíduos e instituições. Em algumas ocasiões, o profissional pode encontrar-se em apuros consigo mesmo, pois os objetivos da organização, os de seu cargo e os fatores externos podem entrar em conflito com seus valores pessoais. É difícil, talvez, para um gerente, ter que despedir um bom funcionário amigo seu que,

naquele momento, está passando por dificuldades. O profissional precisa distinguir onde terminam seus objetivos e onde começam os objetivos da organização e saber quando os objetivos da organização e de outros indivíduos estão invadindo e afetando seus próprios valores (e vice-versa).

Froehlich (1994, p. 462) refere-se, ainda, aos padrões culturais e aos padrões legais de uma dada comunidade, os primeiros, atuando como uma *força anônima* e influenciando, por exemplo, na política de desenvolvimento de coleções de uma biblioteca, relativamente à inclusão ou não de um dado item na coleção. Essa força que a comunidade tem de conseguir mudar as coisas não se limita somente à biblioteca, mas sim, a uma variedade de fatores, inclusive às atitudes governamentais<sup>13</sup>. Os padrões legais, materializados na estrutura normativa de uma sociedade, visam regular a dinâmica da mesma, mas muitas vezes, por conta de lacunas ou mesmo de excessiva regulamentação, podem ultrapassar os limites previstos e acabar prejudicando alguém.

Baseando-se nesse conjunto de fatores, Froehlich (1994, p. 463) enuncia um conjunto de princípios condutores das ações éticas dos profissionais da informação, por ele considerado como imperativos morais que buscam ilustrar as tensões e o antagonismo que existem nas exigências morais da área. Nesse âmbito, o autor parte da busca por justiça e pela harmonia social, que, em última análise, revelam os valores basilares da atividade do profissional da informação no contexto de sua natureza nitidamente social.

Dessa forma, decorre a dimensão do respeito (do profissional por si próprio, do profissional pela comunidade usuária e do profissional pela organização em que trabalha, destas duas últimas decorrendo a questão da confiabilidade) e da busca pela diminuição dos males, enquanto decorrência dos processos decisórios que os valores anteriores possam exigir.

Um dos tópicos também abordados pelo autor é a tensão, em diferentes intensidades, que ocorre entre pessoas e obrigações profissionais ou organizacionais. Por exemplo, a coleção de uma unidade de informação deve ser representada sob todos os pontos de vista; o acesso à informação deve ser livre e público; existe a exclusão digital; a divisão entre informação pobre (mais fácil de ser recuperada) e rica (mecanismos de busca complexos e/ou caros) além da informação mercantilizada, ou

---

<sup>13</sup> Veja-se, para tanto, o filme *Storm center*, em que Bette Davis interpreta a bibliotecária de uma pequena biblioteca pública norte-americana, na década de 50, que tem sua política de aquisição duramente afetada pelo Macartismo.

seja, a informação produto, direcionada para interesses de alguns; e as bases de dados, que além de conter, na maioria das vezes, informações de difícil recuperação, pagas e geralmente em inglês (imperialismo do idioma nas publicações científicas), estas se mantêm nas mãos de poucos, que estão atentos aos consumidores relevantes.

De uma maneira mais abrangente, Guimarães (2000) refere-se a dimensões ou compromissos éticos do fazer profissional do bibliotecário. Segundo o autor há cinco instâncias distintas: o usuário, a organização, a informação, a profissão e o próprio profissional enquanto cidadão.

O compromisso com o usuário vai além da concepção ingênua de *information delivery* para encará-lo como um sujeito que se apropria da informação para gerar conhecimento, conhecimento esse que irá novamente alimentar o sistema.

A dimensão da organização (unidade de informação) revela-se enquanto contexto específico com objetivos institucionais definidos, no âmbito dos quais ocorrerá a concretização das ações informativas.

O compromisso com a informação revela-se mais nitidamente na forma pela qual o profissional toma contato com o documento e a partir dele (concebido como fonte para a transmissão do conhecimento para a geração de conhecimento novo), gera metainformação, ou informação documentária<sup>14</sup>.

Por fim, o compromisso ético do profissional consigo mesmo atinge não apenas a dimensão do profissional-cidadão em um dado contexto social, mas também como indivíduo, dotado de aptidões, preferências, idéias e, principalmente, sonhos de auto-realização (GUIMARÃES, 2000, p. 66).

Essas duas últimas dimensões podem ser mais diretamente abaladas por dois *mitos éticos* já assinalados por Vergueiro (1994): o da neutralidade e o da corporação. Como ressalta o referido autor, o mito da neutralidade, oculto pela máxima *no politics, no religion, no moral*, reflete dois importantes valores para a área: a liberdade de acesso à informação (ou, em outras palavras, a ausência de censura) e a não-interferência das

---

<sup>14</sup> A dimensão ética da ação profissional face à sua profissão tem sido amplamente explorada pela literatura da área, como demonstram, por exemplo, trabalhos como o de Vaagan (2002), uma vez que a profissão, enquanto dimensão coletiva e agregadora de saberes, de fazeres e de seus respectivos agentes, revela-se imprescindível ao profissional para a concretização de aspirações conjuntas e de uma atuação integrada.

crenças e opiniões pessoais do profissional em seu trabalho de tratamento e de fornecimento da informação<sup>15</sup>.

O mito da corporação, por sua vez, aponta para o papel do coletivo profissional enquanto zelador de uma ética a ele intrínseca, mas por outro lado, alerta para o perigo de uma dimensão normativa excessiva prestar-se ao corporativismo e ao acobertamento de ações consideradas antiéticas.

Dessa forma, Guimarães (2006) observa que os problemas de natureza ética que se destacam, a partir da literatura e da prática profissional, são os que se referem ao preconceito na análise ou na representação e, ainda, nos sistemas de classificação, cujas hierarquizações estabelecem desrespeito entre diferentes culturas, reforçando a idéia de preponderância ou revelando de certa maneira proselitismo. Assim, ao profissional da informação cabe o encargo de assegurar a diversidade de acesso às informações culturais e pessoais, onde atuam no sentido de projetar, avaliar, dar manutenção e revisar os sistemas de classificação, de forma que esses se ajustem aos princípios éticos.

Fernández-Molina e Guimarães (2002, p. 488-489) identificaram a estrutura dos valores éticos com os quais os profissionais da informação deveriam embasar suas atividades. A partir de uma sistematização da literatura da área, os autores observaram os seguintes aspectos, a saber: 1) *O interesse do usuário vem primeiro*; 2) *Prover serviços objetivamente, sem influência de qualquer espécie*; 3) *Prover os usuários com a mais atual e precisa informação possível*; 4) *Evitar a censura na seleção de materiais de informação*; 5) *Se algum tipo de censura ou filtro existe, informar os usuários de suas limitações*; 6) *Separar as crenças pessoais do serviço profissional*; e 7) *Manter a competência profissional*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vista do exposto, observa-se que as questões éticas são inerentes a qualquer discussão sobre os fazeres dos profissionais da informação, uma vez que tais fazeres são permeados de valores que, por sua vez, refletem um tempo e um espaço. Com o desenvolvimento das tecnologias da informação pôde-se observar que a discussão de tais questões tornou-se mais pertinente - e necessária - haja vista a crescente

---

<sup>15</sup> Ultimamente muito se tem discutido sobre essa não interferência dos valores pessoais, uma vez que a isenção absoluta é notoriamente impossível. No entanto, a literatura tem ressaltado que o simples fato de assumir-se que essa *neutralidade absoluta* é impossível tem dado aos profissionais melhores condições de buscarem separar crenças pessoais de objetivos profissionais.

complexidade das atividades informativas, o que leva a novas possibilidades de ação e de eventuais danos.

Por fim, ressalta-se que a questão ética na Ciência da Informação deve, mormente nestes tempos em que novos universos profissionais se delineiam, centrar sua ênfase de abordagem antes na dimensão axiológica (a questão dos valores) que na dimensão deontológica (a questão dos códigos), pois as normas éticas devem, sempre, ser fruto de uma ampla e lúcida discussão sobre os valores que as permeiam e as direcionam.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. C. Kant: a liberdade, o indivíduo e a república. In: WEFFORT, F. (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1993.
- BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BRONDANI, C. Os valores. *Revista Eletrônica da Sociedade Literária Prometheus*, Pato Branco, ano 2, v. 8, 2000. Disponível em: <<http://www.geocities.com/slprometheus/html/cb15.htm?200624>>. Acesso em: 24 fev. 2006.
- BUCHANAN, E. A. An overview of information ethics issues in a world-wide context. *Ethics and Information Technology*, Dordrecht, v. 1, n. 1, p. 193-201, 1999.
- CAPURRO, R. Perspectivas de uma cultura digital em Latinoamérica. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, 2002. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/abr02/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/abr02/F_I_art.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2007.
- CÔRTE, A. R. Por um comportamento ético ou pelo cumprimento de um código de ética. *Palavra-chave*, São Paulo, v.8, p.18-20, 1994.
- CORTINA, A.; MARTINEZ, E. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005.
- COSTA, I.T.M. Informação, trabalho e tempo livre: políticas de informação para o século XXI. *Ciência da Informação*, Brasília, v.28, n.2, p.136-138, 1999.
- FARIA, E.M. A Biblioteconomia e a ética. *Palavra-chave*, São Paulo, v.8, p.14-17, 1994.
- FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Ethical aspects of knowledge organization and representation in the digital environment: their articulation in professional codes of ethics. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries*. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 487-492.
- FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos y jurídicos en la formación de los profesionales de la información. In: ENCUESTRO DE EDBICIC, 5., 2000, Granada. *La formación de profesionales e investigadores de la información para la sociedad del conocimiento*. Granada: Universidad de Granada, 2000. p. 439-449.
- FREIRE, I. M. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. *Ciência da Informação*, Brasília, v.32, n.1, p. 50-59, 2003.
- FROEHLICH, T. J. Ethical concerns of information professionals in an international context. In: ALVAREZ-OSSORIO, J. R.; GOEDGEBUURE, B. G. *New worlds in information and documentation*. Amsterdam: Elsevier, 1994. p. 459-470.

GUIMARÃES, J. A. C. A ética na formação do bibliotecário: uma reflexão. *Palavra-chave*, São Paulo, v.8, p.5-7, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C. *Aspectos éticos do tratamento temático da informação (TTI): elementos para sua caracterização a partir da interface das dimensões profissional, pedagógica e investigativa na área de Biblioteconomia no Mercosul*. Marília: UNESP, 2007. Relatório de Produtividade do Projeto Integrado de Pesquisa referente ao período 2003-2006 apresentado ao CNPq.

GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (Org.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EDUFRN, 2006. p.237-264.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. In: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (Org.). *La dimensión humana de la organización del conocimiento*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 178-185.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Los valores éticos en organización y representación del conocimiento (ORC). In: BRAVO, B. R.; DIÉZ, M. L. A. (Ed.). *La interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad en la organización del conocimiento científico: actas del VIII Congreso ISKO - España*. León: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, 2007. p. 77-89.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. Los aspectos éticos de la organización y representación del conocimiento en la revista Knowledge Organization. In: FRIAS, J. A.; TRAVIESO, C. (Org.). *Tendencias de investigación en organización del conocimiento*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003. p. 809-816.

GUIMARÃES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, M. L. P. (Ed.). *Profissionais da informação: formação e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p.53-70.

HIMMA, K. E. Foundational issues in information ethics. *Library Hi-Tech*, Ann Arbor, v.25, n.1, p.79-94, 2007.

KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. In: TEXTOS selecionados. São Paulo: Abril, 1984.

KOEHLER, W. C.; PEMBERTON, J. M. A search for core values: towards a model code of ethics for information professionals. *Journal of Information Ethics*, Dordrecht, v.9, n.1, p.26-54, 2000.

LEVACOV, M. Bibliotecas virtuais: (r)evolução? *Ciência da Informação*, Brasília, v.26, n.2, p.125-135, 1997.

MARCONDES, D. *Iniciação à Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARTINS, M. H. P. A ética em questão. *Palavra-chave*, São Paulo, v.8, p.3-4, 1994.

MEDEIROS, P. T. C. Aquém do ser, além do falso (em torno do problema da linguagem em Platão). *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v.4, n.1, p.27-44, 1994.

MESCHINI, F. O. *A ética informacional na produção científica periódica em B&CI no Brasil*. Marília: UNESP, 2004. Relatório de pesquisa Bolsa PAE.

MICHEL, J. Direito de autor, direito de cópia e direito à informação: o ponto de vista a ação das associações de profissionais da informação e da documentação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.26, n.2, p.140-145, 1997.

MILANI, S. O. *Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área*. Marília:

- UNESP, 2007. Relatório final de Iniciação Científica apresentado à FAPESP referente ao período: out. 2006 - set. 2007.
- MORA, J. F. *Dicionário de Filosofia*: tomo II (E-J). São Paulo: Edições Loyola, 2001. p.931-935.
- PESSANHA, C. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. *Ciência da Informação*, Brasília, v.27, n.2, p.226-229, 1998.
- PINHO, F. A. *Aspectos éticos em representação do conhecimento*: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.
- PRADO, G. M. Da ordem presente à razão futura: alguns pontos de vista sobre o tema ética na produção científica do IBICT (1972-1996). *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.3, p.319-329, 1996.
- RASCHE, F. Questões éticas para bibliotecários. *Encontros Bibli*: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v.19, p.21-33, 2005.
- ROVER, A. J. Breve discussão sobre as condições político-éticas do progresso globalizado. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2000. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev00/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/fev00/F_I_art.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2007.
- RUBIN, R. E. Ethical issues in library personnel management. *Journal of Library Administration*, New York, v.14, n.4, p.1-16, 1991.
- RUBIN, R. E.; FROEHLICH, T. J. Ethical aspects of library and information science. In: KENT, A. (Ed.). *Encyclopedia of library and information science*. New York: Marcel Dekker, 1996. p.33-52.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SANTOS, J. P. O moderno profissional da informação: o bibliotecário e seu perfil face aos novos tempos. *Informação & Informação*, Londrina, v.1, n.1, p.5-13, 1996.
- SCHOPENHAUER, A. *Sobre o fundamento da moral*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SEVERINO, A. *Filosofia*. São Paulo: Cortês, 1994.
- SMIT, J. Eu, Bibliotecário, RG XXXX E CPF YYYY, Trabalho em arquivo ou museu ..... algum problema? *Palavra-chave*, São Paulo, v.8, p.12-13, 1994.
- SOUZA, F. C. O ensino de deontologia bibliotecária no curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES DE ESCULEAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 4.; ENCUESTRO DE DOCENTES DE ESCULEAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., 2000, Montevideo. *Actas...* Montevideo: Universidad de la Republica, 2000. p.171-179.
- SOUZA, F. C. Possibilidades de entrever a ética na informação empresarial. *Informação & Informação*, Londrina, v.7, n.2, p.95-104, 2002.
- SPINELLO, R. A. *CyberEthics*: morality and law in cyberspace. Sudbury, MA: Jones and Bartlett, 2003.
- SROUR, R. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p.270-271.
- STALLMAN, R. O projeto GNU. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2000. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/fev00/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/fev00/F_I_art.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2007.
- TARGINO, M. Ética profissional e o bibliotecário. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.20, n.2, p.259-272, 1996.

- TAVANI, H. T. *Ethics and technology: ethical issues in an age of information and communication technology*. 2<sup>nd</sup>. ed. Hoboken, NJ: John Wiley and Sons, 2007.
- VAAGAN, R. W. (Ed.). *The ethics of librarianship: an international survey*. München: Saur, 2002.
- VALENTIM, M. L. P. *Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Polis, 2004. p. 55-69.
- VERGUEIRO, W. C. S. Ética profissional versus ética social: uma abordagem sobre os mitos da biblioteconomia. *Palavra-chave*, São Paulo, v.8, p.8-11, 1994.
- WECKERT, J.; ADENEY, D. *Ética informática y las ciencias de la información*. Madrid: Fragua, 2000.